

**Um castelo de palavras e imagens:
espaços e instituições para a infância no boletim da LBA (PB, 1947-1955)**

*A castle of words and images:
spaces and institutions for a childhood in LBA bulletin (PB, 1947-1955)*

José dos Santos COSTA JÚNIOR¹
Roger Camacho BARRERO JÚNIOR²

Resumo

Mais do que informar sobre a situação social e política de uma determinada questão, um periódico conforma e elabora determinadas visões de mundo a partir dos temas sobre os quais decide versar. A partir da década de 1940 a comissão da Legião Brasileira de Assistência (LBA) na Paraíba passou a produzir um boletim informativo com o objetivo de divulgar as ações empreendidas no estado, assim como divulgar informações sobre os cuidados com a maternidade e infância, articulando saberes médicos, pedagógicos e promovendo a divulgação das ações assistenciais. Este texto analisa as condições de emergência desse periódico e descreve a arquitetura discursiva por meio da qual a infância se tornou objeto de saber e alvo de poder, bem como destaca as transformações pelas quais esse boletim passou e os sentidos políticos dessas mudanças.

Palavras-chave: LBA. Infância. Boletim. Discurso. Impresso.

Abstract

Rather than informing about the social and political situation of a given issue, a journal conforms and elaborates certain worldviews from the themes on which it decides to address. From the 1940s, the Brazilian Legion of Assistance (LBA) commission in Paraíba started to produce a newsletter with the objective of disseminating the actions undertaken in the state, as well as disseminating information on maternity and childhood care, articulating knowledge, medical, pedagogical and promoting the dissemination of care actions. This paper analyzes the emergency conditions of this journal and describes the discursive architecture through which childhood became the object of knowledge and the target of power, as well as highlights the transformations this bulletin has undergone and the political meanings of these changes.

Keywords: Childhood. Report card. Speech. Printed.

¹ Doutorando em História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: josejunior@cecidh.org.br

² Doutorando em História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: r.cb.j@gmail.com

Introdução

Entre páginas amareladas pelo tempo e marcadas pelo vigor de existências pretéritas; entre palavras de ordem, discursos autorizados e saberes possíveis no tempo e no espaço habilitados a definir e prescrever gestos, comportamentos, valores e formas de vida; entre gramáticas múltiplas, singularizadas por vocabulários científicos, valores morais e adjetivos a caracterizar uma vida sã e governável, eis que organizadas e preservadas no arquivo da Fundação Casa de José Américo de Almeida emergem rostos, corpos, olhares, vivências e espaços definíveis por operações do olhar. Por entre múltiplas páginas escritas, organizadas, elaboradas e tornadas públicas por uma ação política em prol da vida, eis que a infância se delinea (é delineada, buscada, definida, dada a ler) por um amplo conjunto de saberes que a visam definir para dela melhor cuidar e proteger.

Era mais uma manhã de pesquisas na Fundação Casa de José Américo de Almeida, na orla de João Pessoa, quando me deparei com os boletins da comissão estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA). O tempo os marcou naquele espaço onde foram deixados por Ana Alice de Melo, esposa de José Américo de Almeida, ex-governador da Paraíba e romancista. Ela também foi uma das presidentes da LBA no estado entre os anos de 1951 e 1956, quando seu marido esteve à frente do governo. Alguns poucos exemplares trazem a assinatura dela que também foi uma das primeiras-damas a fazer parte daquela instituição pioneira no atendimento à infância e maternidade como uma política de estado e não como prática caritativa, como aquelas que desde o período colonial foram desenvolvidas pela Igreja católica para prestar assistência médica aos deserdados da nação.

A escolha dessas mulheres para gerir a LBA não era fruto do acaso. Devido à suas posições de gênero, elas eram vistas como ideais para trabalhar em órgãos de assistência social do governo. Como lembra Flávia Biroli (2018), na divisão sexual do trabalho, foi delegado a elas as tarefas do cuidar, o que engloba crianças, doentes e idosos. Contudo, apesar da atenção dispensada ao outro, a recíproca não ocorria, pois a busca por assistência de saúde não atendia devidamente as mulheres. Mesmo assim, devemos lembrar que não falamos de sujeitos das bases populares, mas de primeiras-damas, as quais eram vistas como exemplos. Como esposas de homens que exerciam o

cargo máximo da política de seus estados (e da nação), elas seriam vistas com prestígio e logo ganhariam um status de feminilidade diferente das demais mães e esposas paraibanas e brasileiras (SCOTT, 1991). Enquanto pessoas brancas, elas também ganhariam um patamar de branquitude elevado, pois atenderiam às expectativas de classe e gênero esperados de uma mulher branca (CARDOSO, 2017). Assim, seriam lidas como as mais ideais para serem as mães da Paraíba ou do Brasil, pois enquanto o pai (governador e presidente) trabalhavam para gerir a casa, elas cuidariam com sensibilidade de seus filhos, inclusive dos mais necessitados.

A revista e suas páginas

Se desde o começo do século XX a infância passara a ser alvo de uma série de investimentos políticos e objeto de uma ampla e complexa produção de discursos que partia de diferentes campos da sociedade brasileira, na Paraíba este investimento também aconteceu de uma maneira muito singular através da ação médico-assistencial da LBA, cuja comissão estadual passou a funcionar no estado a partir de 1942, mesmo ano em que a instituição fora fundada nacionalmente pelo então presidente Getúlio Vargas e posta sob a direção de sua esposa, Darcy Vargas. Inicialmente a LBA surgiu na conjuntura da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com o objetivo de prestar assistência às famílias dos pracinhas enviados para os campos de batalha na Itália.

Na Paraíba a coordenação das ações da LBA ficou, inicialmente, sob a responsabilidade de outra Alice, que antecederia aquela que nos anos 50 dera sua contribuição à instituição. A primeira presidente da comissão estadual da LBA foi Alice de Almeida Carneiro, esposa do então interventor federal Ruy Carneiro, que tomara posse em 1940. Durante os primeiros anos as ações da LBA foram divulgadas por meio do jornal *A União*, um periódico do governo do estado com circulação diária e que em diferentes momentos construiu narrativas sobre as ações promovidas pela instituição no estado, narrando inclusive o processo de criação da comissão estadual pela primeira dama por meio de uma convocação divulgada no próprio jornal. Foi somente a partir de 1947, quando Alice Carneiro já não estava mais na direção da instituição e o governo do estado estava sob o comando de Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, que passou a ser produzido um periódico exclusivo da comissão estadual da LBA com o objetivo de divulgar as ações desenvolvidas em todo o estado. O periódico mostrava em palavras e

imagens os atores sociais que participavam daquela instituição, o público, tipos de atividades promovidas, prestação de contas, exposição de dados demográficos alertando sobre a situação da saúde da criança e especialmente sobre a questão da mortalidade infantil no país como um todo e na Paraíba, em particular. O periódico era produzido nas dependências da *Tipografia Popular Editora*, localizada na cidade de João Pessoa, tendo sido fundada em 1913 por Francisco das Chagas Batista, que comprou o prelo de Leandro Gomes de Barros.

Figura 1 - Boletim da comissão estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA) da Paraíba, Ano I, n. 2, Junho de 1947.



Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo de Almeida, João Pessoa – PB.

Tomamos o boletim da LBA como fonte para pensar questões relacionadas ao corpo infantil e o saber médico produzido entre as décadas de 1940 e 50 na Paraíba e que aparece nas páginas da LBA em forma de textos e imagens que tomam o corpo infantil como objeto de cuidado, afirmando os princípios e critérios da puericultura como a ciência destinada a cuidar da criança³. Contudo, consideramos os elementos

³ Segundo Teixeira (2010) “a Puericultura pode ser definida como “a parte das ciências médicas que visa à manutenção da saúde física e emocional das crianças, acompanhando seu crescimento e desenvolvimento”. Sua criação como sistema estruturado de regras, significando a arte da criação das crianças, é atribuída ao médico francês Alfred Caron, que escreve sobre o assunto a partir de 1860. Foi importada para o Brasil ao final do século XIX pelo Dr. Moncorvo Filho, que a representaria como a higiene da infância. Diferentemente da pediatria, que intervém diretamente sobre o corpo doente da criança, a puericultura objetiva transformar crenças, valores, costumes e atitudes, pressupondo transformações de ordem cultural, que inclui a redefinição do conceito e do valor da maternidade.

estruturais e materiais do boletim como tendo fundamental importância para pensar os modos como a infância foi dada a ler por aqueles saberes. Deste modo, nosso interesse é problematizar e desnaturalizar a relação forma e conteúdo, descrevendo os usos políticos dessa produção discursiva sobre um tema considerado estratégico naquela época: a produção do corpo infantil saudável frente a doenças como malária, tuberculose, poliomielite.

Não dispomos do primeiro número publicado desse periódico, mas a partir do segundo. Inicialmente a estrutura do periódico conta com 8 páginas numeradas, sem capa, nem com a última página com o expediente dos funcionários e cargos da comissão central e estadual, como surge a partir das edições de 1949. Marcado por textos que se dividem em diferentes páginas da edição, o boletim trazia também fotografias de atividades promovidas pela LBA ou eventos promovidos pela comissão central do Rio de Janeiro e para os quais a comissão estadual enviara representantes. Em sua grande maioria os textos são divididos em duas ou três colunas e na página inicial de todos os números do ano de 1947 contam com a mesma estrutura de abertura com logotipo da instituição e, abaixo dele, constam as informações sobre número, mês e ano de publicação.

Pode-se dizer que o conteúdo do boletim sempre apresentou uma multiplicidade considerável, desde suas primeiras edições. Desde notícias sobre os eventos da LBA, passando por apresentação de dados estatísticos sobre a situação da infância em João Pessoa e por todo o estado, a apresentação de balancetes financeiros com prestação de contas dos recursos usados pela instituição nas atividades de assistência médica, jurídica e financeira às famílias, até mesmo textos escritos por médicos e outros profissionais vinculados aos serviços da LBA ou do Departamento de Saúde do estado, abordando temas como aleitamento materno, educação higiênica das crianças, cuidados com recém-nascidos, etc. Trata-se, então, de um tipo de revista por meio da qual a instituição criava uma série de enunciações sobre sua ação assistencial. Ana Luiza Martins (2001) faz algumas reflexões em torno dos estudos que tomam a revista como fonte ou objeto de pesquisa e destaca que a própria expressão “revista”, derivada do inglês *review*, foi sendo construída ao longo do tempo e passou a ser lida como

Teoricamente é dividida em três partes: a puericultura antes da fecundação, (orientada pelos preceitos da eugenia, aconselhava sobre o casamento ideal, evitando grandes diferenças etárias, laços consanguíneos e moléstias), a puericultura intra-uterina (os cuidados a serem tomados durante a gravidez) e finalmente, a puericultura extra-uterina (a parte da medicina que preparava a criança para a vida adulta, cuidando de seu corpo e sua moral por meio de higiene e medicina preventiva)”.

sinônimo de boletim, que no caso aqui em estudo é o nome dado para a publicação mensal. No que se refere a especificidade da revista como fonte de pesquisa vale destacar que o próprio nome é sintomático daquilo que a publicação propõe fazer ver: “nos dicionários de língua portuguesa, a gênese da palavra *revista* é situada no final do século XIX, quando, desgarrada do significado usual de ‘passar a tropa em revista’, assume o status de publicação (...)” e nesse sentido passa a ser compreendida como um “título de certas publicações periódicas em que são divulgados artigos originais de crítica ou análise de determinados assuntos” (FREIRE apud MARTINS, 2001, p. 45).

Portanto, considerar os formatos através dos quais esse periódico construiu suas leituras sobre a infância consiste numa condição imprescindível para a análise das visibilidades e dizibilidades construídas e impressas nele. Se uma revista, como o nome sugere, “passa em revista” uma série de assuntos, permitindo com isso uma leitura “fragmentada, não contínua, e por vezes seletiva” (MARTINS, 2001, p. 45), tal modo de construir sentidos deve fazer parte das análises e olhares dedicados a esta questão, compreendendo sempre a relação entre forma e conteúdo como aspecto problemático e também objeto de análise. Como destaca a historiadora Tânia Regina de Luca (2010, p. 132) “é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural”.

O uso da imagem fotográfica desde as primeiras edições do boletim é também outro dado importante quanto à proposta de produzir visibilidade sobre a Legião. A presença de fotografias com autoridades, eventos oficiais ou mesmo narrando visualmente ações desenvolvidas na Paraíba ou no país como um todo eram cruciais para gerar o *efeito de real* desejado. Com Roland Barthes (2004) compreendemos o efeito de real gerado por um monumento como a fotografia na medida em que ao pretender “atestar” ou “testemunhar” que o fato aconteceu efetivamente e que pode ser percebido quase que de forma transparente por meio do registro visual, oculta-se que a fotografia é em si um recorte daquilo que lhe é externo e que é apresentado como seu referente natural.

Também dialogando com este pensador francês a historiadora Olga Brites (2000) discute sobre as “crianças de revistas”, problematizando as leituras e representações que as revistas brasileiras *Vida doméstica* e *Fon Fon* produziram sobre a infância e a educação entre 1930 e 1959. Em sua análise a autora destaca o uso estratégico das imagens da infância como modo de criar formas de compreensão e

educação através da higiene e do cuidado com o corpo infantil via alimentação e vestimenta, estando junto a isso o investimento em torno da formação e manutenção de um modelo de família nuclear que foi objeto principalmente da revista *Vida doméstica*, destinada às mulheres. Devemos lembrar também do caráter relacional presente nas fotografias. De acordo com Anne Marie Granet-Abisset (2002), essas imagens são gestadas no diálogo de quem fotografa e quem posa. Como se trata de um momento coletivo e não familiar, quem cria uma imagem para a posteridade são os agentes políticos ali presentes. Além do mais, ela está envolta pelas concepções e imaginários do período em que foi produzida (CARDOSO & MAUAD, 2012), e, para tanto, aqueles que participaram de sua elaboração poderiam tentar preservar uma associação de si com o cuidado das crianças, logo entendidas também como representação do futuro. Como estratégia de inserção e aceitação, as imagens se tornariam ferramentas para a construção de capitais políticos e sociais, o que inclusive poderia servir para fins eleitorais.

As cores do periódico mudaram ao longo das edições depois de 1949. A primeira edição colorida era azul, mas foi seguida de outras em que cada capa era produzida de forma personalizada. As letras azuis são acompanhadas por um fundo também no mesmo tom mas um pouco mais claro e não mais por uma página marcada pelo preto no branco. A localização do logotipo foi sendo alterada e na edição de 1949 esse símbolo institucional foi deslocado para a parte inferior esquerda da capa, acima das informações sobre número, ano e mês de edição do periódico. Portanto, diferentes recursos foram acionados ao longo das edições da LBA para inventar uma infância governável, construída a partir de diferentes práticas discursivas que articularam saberes médicos e jurídicos, bem como os instrumentos da assistência social para descrever, avaliar, recomendar, educar, diagnosticar e governar essa infância marcada politicamente pelo signo da promessa. Mas o periódico foi o meio fundamental para dar visibilidade e circulação a esta concepção higienizada da infância e da criança. Portanto, educar a infância, regenerá-la em caso de má-educação e formação moral, como sugerem diferentes edições do periódico, e praticar diferentes estratégias de governo sobre ela são questões que atravessam em diferentes momentos e com formas e cores distintas as páginas que traziam informações sobre um novo tempo que se buscava instituir. Um tempo a ser marcado pela presença das políticas de Estado em todas, ou quase todas, as dimensões da vida das famílias.

Figura 2 - Boletim da LBA, Ano III, n. 16, Janeiro e Fevereiro de 1949.



Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo de Almeida, João Pessoa – PB.

Na edição de janeiro e fevereiro de 1949 uma transformação significativa ocorreu na arquitetura do boletim, pois as edições passaram a ser coloridas, compostas por uma capa com timbre do logotipo da LBA, o uso de diferentes formatos de letras e tamanhos, o recurso da imagem na capa passou a ser contínuo e a primeira imagem a figurar naquela nova edição foi o mapa da Paraíba. Tal transformação na estrutura do boletim, isto é, na forma como ele se apresentava para o público, esteve relacionada com o objetivo de construir uma identidade visual para a instituição e para esse veículo através do qual seriam divulgadas as ações e os temas considerados importantes. A emergência de um mapa na capa do periódico pode ser considerada um acontecimento que, em sua sutileza e quase banalidade, provoca, suscita, intui e até certo ponto constitui transformações que se desdobram no tempo. A partir daquela capa o interesse em *mostrar onde* as ações da comissão estadual da LBA estavam chegando passou a aparecer de maneira mais contínua e incisiva.

Isso não quer dizer, é claro, que tal interesse já não existisse antes e não fosse algo constitutivo da própria instituição que a partir de 1942 foi se disseminando pelo país, erguendo a bandeira da assistência. Um mapa é também uma imagem. Trata-se de uma imagem diferente das demais que aparecerão ao longo desse texto, mas de um modo geral pode-se dizer que todas, com gêneros específicos, são marcadas por essa condição imagética, esse desejo de representar através do apelo à visão.

Ao passo que a estrutura do boletim se transforma parece que visa-se fazer com que ele caminhe *pari passu* com os projetos que a instituição desenvolvia no estado. A emergência de um mapa diz muito sobre o que a instituição queria fazer daquele espaço e da população que o habitava. Em 1949 quando a arquitetura do boletim da LBA passou por uma transformação visual e de conteúdo eis que emerge em sua primeira capa, iniciando um novo ano, essa imagem espacial. Na ordem do discurso em que a infância aparecia como objeto de cuidado e proteção, recortada no conjunto mais amplo da população, o “espaço” ganha espaço, para provocar uma redundância. A arquitetura discursiva do periódico daria a ler, a partir de então, a construção de um espaço sobre o qual as ações da LBA continuariam sendo incentivadas, disseminadas, criadas e recriadas em um circuito que se retroalimentava e instituía um valor estratégico para a questão do terreno em que essas ações e esses objetivos biopolíticos estavam sendo postos em prática. De um ponto a outro as linhas se entrecruzam, fazem articulações diversas, compondo um mapa esmiuçado, detalhado, atravessado de canto a canto por diferentes marcações gráficas que fazem dele um instrumento político.

A legenda ao lado tem função estratégica e permite notar que a presença considerável de uma série de traços mais fortes na parte litoral indica a presença de maiores condições de mobilidade, já que referem-se às rodovias do estado. Adentrando pelo interior e seguindo até o sertão esses traços mais fortes vão se tornando mais ausentes, mais solitários em meios às demais linhas que demarcam os territórios municipais. Um lineamento desse tipo e com essa proporção diz muito da situação do estado naquele momento e sobre as condições de mobilidade, transporte, comunicação, circulação de pessoas e mercadorias pelo espaço paraibano.

A composição desse conjunto de linhas que se atravessam e se justapõem obedecia a um critério de medição que tinha por efeito a produção ou reafirmação discursiva de um território. Mas um território, apesar de ser uma noção eminentemente geográfica, “é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder” (FOUCAULT, 2012, p. 250). O fato de uma imagem como essa emergir no boletim de uma instituição criada com fins de atuação em todo o território nacional na defesa de uma parcela considerada significativa de sua população, mulheres e crianças, é um dado no mínimo fundamental para compreender em que tipo de rede um enunciado como esse aparece e funciona. Na medida em que o boletim da LBA pode ser lido como instrumento de saber e poder da instituição, posso ler a emergência

de um monumento como esse obedecendo a um conjunto de regras que o torna possível em dado momento. “Existe uma administração do saber, uma política do saber” (FOUCAULT, 2012, p. 251), e a presença de um mapa estava intimamente articulada com toda uma maquinaria em que o saber e o poder se somavam na produção de objetos estratégicos sobre os quais seria preciso falar, opinar, descrever, fotografar, comentar, criticar, dar a ler a partir do critério de valor que a instituição lhe atribuía.

A aparição de uma enunciação desse tipo no momento em que a Paraíba passava por um processo de redemocratização e no instante em que as forças políticas pareciam se recompor, refazerem-se dos efeitos da política de Getúlio Vargas durante fins dos anos 30 e até a metade da década de 1940, sintonizava-se com um momento em que a nação parecia passar por uma revisão, um passar a limpo, um reconhecimento de suas possibilidades e capacidades. O regime autoritário do Estado Novo buscava ressaltar a brasilidade por meio de propagandas nacionalistas e a organização de eventos culturais (VELLOSO, 2003). Não se assimilar a esse pressuposto poderia render censuras e perseguições, como ocorria com grupos estrangeiros, por exemplo (FORTES e NEGRO, 2010). Compor a imagem de um território sobre o qual as ações da LBA haviam chegado, esmiuçando seus contornos, fazendo ver suas potencialidades geográficas e políticas parecia ser um dado eminentemente fundamental para recompor um quadro nacional. Daí a presença de uma espécie de título para o mapa que figura na capa do boletim: “Vias de transportes e comunicações”.

A marca da experiência de leitores com o informativo estava presente na edição de 1949. O nome “Procuradoria” escrito à mão indica a possível rede de circulação desse periódico, pois parece dizer de um público leitor específico. O boletim emergiu em condições históricas muito específicas em que a rede de assistência à infância estava sendo fortalecida pelas ações da LBA e essa instituição precisava afirmar-se pelo grau de complementaridade e parceria que desse aos seus projetos com outras instituições estatais ou não. Era preciso fazer o boletim chegar às mãos de autoridades como aquelas vinculadas à procuradoria. As ações da LBA tinham autonomia administrativa e técnica, mas não estavam aquém da estrutura organizativa do Estado. Suas ações se articulavam com departamentos de saúde, educação, assistência social, estatística e especialmente com o Departamento de Maternidade e Infância (DMI), além de também fortalecer através de cooperação técnica e financeira instituições e serviços já existentes ou em processo de implantação no território paraibano. É importante salientar que a associação

entre maternidade e infância não é algo natural, mas fruto de um imaginário que divide as tarefas das mulheres e dos homens (BIROLI, 2018). Para elas ficaria reservado o cuidado da casa e dos filhos, daquilo que fosse considerado sensível e, logo, oposto à racionalidade posta sobre o masculino. Essa perspectiva vinha ainda da concepção de que as mulheres seriam portadoras de uma *solicitude nata* (BADINTER, 2011) e, assim, aptas para trabalhar com aqueles que necessitavam de cuidados, como crianças, idosos, doentes, entre outros (BIROLI, 2018).

Se o castelo de palavras em que consistiu o boletim emergiu numa articulação íntima e complexa com as fotografias pode-se dizer que houve um trabalho surdo das imagens cujo efeito principal, pelo menos do ponto de vista de como a arquitetura do boletim foi sendo gestada no tempo, parece ter sido uma certa calcificação da imagem da assistência pública. Mostrar postos de puericultura, lactários, hospitais, assim como demais recursos e serviços ofertados à população foi uma função estratégica. Isso ocorreu pelo fato de que uma das necessidades que havia naquele momento era tornar a população, esse objeto que pouco a pouco buscava-se conhecer melhor através de definições etárias, classificações sociais em termos de condição econômica e social - bem como do registro das condições físicas e de saúde dos “grupos” que começavam a ser recortados no conjunto mais amplo da população -, algo possível de se compreender melhor.

Figura 3 e 4 - Da esquerda para a direita tem-se as edições de Julho e Agosto de 1951 (Ano V, n. 30) e Novembro e Dezembro de 1951 (Ano V, n. 32).



Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo de Almeida, João Pessoa – PB.

Se a partir de 1949 o boletim passou por uma transformação visual na sua estrutura, a década de 1950 deu prosseguimento às mudanças e pode-se dizer que o investimento na imagem das instituições da LBA se fortaleceu, pois se em janeiro de 1949 a imagem de um mapa construía discursivamente o território sobre o qual as ações seriam implementadas, as edições seguintes investiram na produção de imagens das instituições e eventos promovidos pela LBA que passaram a figurar nas capas do periódico. A edição de julho e agosto de 1951 foi estampada com a imagem do Hospital Cândida Vargas, um dos maiores empreendimentos da LBA no estado que se percebe pela própria estrutura física exterior que a fotografia representa. No seu interior a coluna *Nossos Municípios* trazia informações sobre a cidade de Cabaceiras, a cerca de 220 quilômetros da capital e ao sudoeste dela e fazendo limite com as cidades de Campina Grande, Umbuzeiro, Soledade e São João do Cariri. “A despeito de ser o município mais seco da Paraíba” tinha uma produção intensa de algodão e cereais, tendo também investimento na pecuária. De acordo com o Censo de 1950 o município tinha uma população de 31.076 habitantes distribuídos em 7 distritos.

Por sua vez, a edição de novembro e dezembro do mesmo ano não trazia a coluna sobre os municípios, mas enfatizava em sua primeira página não numerada um tipo de atividade que será destacada mais adiante: o natal dos pobres. Como bem atenta Durval Muniz Albuquerque Junior (2011), a imagem da seca foi utilizada em diferentes momentos para atrair investimentos e atenções para os estados do Nordeste. Nesse sentido, ao se voltar para esse tema, os organizadores da revista se utilizam, de uma forma ou de outra, do dispositivo imagético do Nordeste para interpretar certos fatos, mas para reforçar o impacto de seus trabalhos em um espaço entendido como carente.

A imagem foi um recurso que preencheu uma função pedagógica que apontava, na cartografia da assistência social, os pontos onde as famílias poderiam ser assistidas e a partir dali inseridas naquela rede marcada e significada pelos signos do cuidado e da proteção à infância e maternidade. O uso da imagem fotográfica como forma de construir uma visibilidade para as instituições de saúde pública foi um tipo de investimento que ocorreu em várias partes do país entre fins do século XIX e início do XX, como apontam as reflexões de James Roberto Silva (1998) sobre a produção e circulação de fotografias por instituições de saúde pública em São Paulo entre 1880 e 1920.

Construindo uma análise que problematiza o uso científico das fotografias por tais instituições e articula a produção visual com as questões centrais que motivaram a construção de tais artefatos, especialmente a higienização da cidade frente ao controle das doenças, Silva (1998) mostra a importância de se perceber como questão crucial o fato de as fotografias sobre as instituições de saúde aparecem num conjunto produzido ao longo do tempo. Esse investimento na visibilidade das instituições de assistência médico-social também ocorreu na LBA, o que denota pelo menos duas questões importantes: a) estender no tempo o investimento imagético em torno da rede assistencial, de modo que o convencimento da população acerca da necessária medicalização e higienização fosse subjetivado paulatinamente; b) produzir um *arquivo*, representado não apenas pelo boletim da LBA, uma vez que no periódico *A União* também se fez um investimento para divulgar instituições e ações, que desse a possibilidade de registrar um mapeamento das instituições e seus respectivos serviços.

O investimento contínuo, edição a edição, reafirmando imagens das instituições foi um recurso fundamental na propaganda que a LBA fazia de si própria, mostrando desde a capa dos boletins ao interior dessa publicação os recursos financeiros inseridos no território paraibano, as parcerias entre políticos e intelectuais ou profissionais cujos ofícios eram considerados importantes para a almejada eficiência dos trabalhos, tudo isso, enfim, precisava não apenas ser vivenciado pelos agentes daquela instituição. Era preciso buscar respaldo, fazer ver, deixar-se ver através de fotos que ao captarem aquelas ações e comportamentos os deslocariam no tempo e permitiriam que outras pessoas pudessem construir sentidos para aquela ação da qual muitas e muitos poderiam vir a se tornar beneficiários. Os anos de 1950 foram caracterizados no boletim por essa ampla produção de imagens das instituições e dos serviços oferecidos.

Ao seu modo as imagens narram os passos trilhados pela LB no estado. Um prédio alto, composto por dois andares se impõe diante de um grupo de aproximadamente 23, a contar das crianças no colo de cerca de duas ou três mulheres. Todos miram a câmera fotográfica que, por sua vez, também os observa de longe, captando seus gestos e expressões diante da sede da Legião na rua Duque de Caxias. À porta de entrada um profissional recepciona e controla o ingresso das pessoas. Com seu rosto magro e seu corpo esguio enfeitado pelo terno, estava encostado na parede, coordenando a entrada e saída de pessoas enquanto ao seu lado o mesmo gesto de olhar quem os olhava também era praticado por duas crianças do começo da fila. Um menino

e uma menina observam atentamente algo que está diante deles, que não tenta captar essas crianças em suas individualidades, mas aquele coletivo que estava sendo assistido pela LBA, recorrendo a seus serviços e atividades.

Figura 5 e 6: Da esquerda para a direita tem-se as edições de outubro, novembro e dezembro de 1953 (Ano VII, n. 41) e janeiro e junho de 1955 (Ano IX, n. 45).



Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo de Almeida, João Pessoa – PB.

Na edição de fim de ano de 1953 a fotografia de capa não era inédita, mas as informações no interior do periódico tinham suas peculiaridades. Em uma seção avulsa chamada “Viajantes” noticiava-se que a comissão estadual da LBA havia recebido a visita do Sr. Lício Luiz de Matos, da comissão central da Legião e que veio a Paraíba sob recomendação da presidente Darcy Vargas, com o intuito de fazer um levantamento do quadro de pessoal da comissão paraibana. Naquele ano a presidência da comissão estadual estava sob a direção de Ivan Bichara Sobreira, que por muito tempo acompanhara as ações da LBA.

Uma vez estando vinculada à comissão central é possível perceber que haviam momentos em que atividades de avaliação e acompanhamento dos trabalhos locais eram feitos por membros da comissão central sob orientação da presidente e com o suporte da equipe montada por ela e o Departamento Nacional da Criança (Boletim da LBA, Ano VII, n. 41, outubro, novembro e dezembro de 1953, p. 2). Por sua vez, a edição referente aos meses de janeiro a junho de 1955 também traz em capa a imagem da Maternidade Cândida Vargas, já apresentada em outras edições.

Todavia, no que diz respeito à materialidade dessa edição chama a atenção o fato de que foi composta em 32 páginas numeradas, sem contar com as duas páginas iniciais (com capa e um texto informativo sobre a questão das emoções vividas pelos pais no convívio com seus filhos) e as duas finais (com um texto tratando do desmame das crianças e o expediente).

A materialidade diferenciada, tendo em vista essa edição possuir um expressivo número de páginas se comparada com as edições anteriores que chegavam ao número de 20 ou 25 páginas, refere-se diretamente ao próprio tempo de seis meses que a edição visava relatar. Se em edições anteriores houve situações em que o boletim referia-se a dois ou três meses nessa edição de 1955 busca compreender um período de seis meses de atividade. Não temos como afirmar categoricamente as condições materiais e/ou políticas que provocaram esse distanciamento no tempo, mas de todo modo é possível perceber que apesar de eventuais dificuldades operacionais ou financeiras para produzir o boletim, a instituição fazia um esforço para mesmo com atraso apresentar informações sobre o período em que continuou atuando, apesar do periódico não ter circulado. Portanto, o boletim da LBA foi um recurso fundamental para construir visibilidades sobre a infância na Paraíba. O espaço simbólico do periódico teve como seu correlato um outro tipo de efeito: a modelização da infância higienizada, educada e objeto passivo de intervenções eugênicas.

O efeito ético-político disso é que, apesar de toda a narrativa visual construída para tratar da infância a partir do olhar institucional, a infância como efetivamente sendo algo plural e diverso, não foi considerada. Submetidos a um modelo de saúde, educação e forma de vida, os corpos infantis foram agenciados dentro de uma lógica institucional cujos objetivos eram legítimos, pois era necessária a ação do Estado para combater a mortalidade infantil e os demais males que acometiam às crianças e suas famílias, mas o modo como isto se deu nem sempre foi com democracia, abertura para o diálogo e olhar múltiplo sobre as diferentes formas de ser criança e experimentar as infâncias.

Considerações finais

Como algo embebido de objetivos e posições políticas (LUCA, 2010), a revista da LBA não estava isenta de reproduzir muito dos imaginários dos anos nos quais

circulava. Para tanto, ela dava circularidade a estereótipos e opressões sobre crianças e outros grupos sociais (como mulheres e crianças pobres). Assim, cabe a nós analisar com cuidado essas fontes e saber identificar os posicionamentos do Estado sobre os problemas e sujeitos governados. Além do mais, ela tratava de crianças em condição de pobreza, mas os genitores destas não viam seus resultados, pois muitas e muitos eram iletrados e não tinham acesso àquilo que era debatido.

Quem estava ao lado do governo era em geral intelectuais e membros da elite, os quais impunham a sua interpretação sobre a vida daqueles que analisavam. Lembrando que um de seus públicos alvo seriam assistentes sociais, havia um recorte de gênero entre as pessoas que liam suas páginas. Grande parte dessas profissionais eram mulheres, sendo a maioria das instituições de ensino vinculada a instituições religiosas (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006).

Nesse sentido, o caráter maternal ganharia a atenção daquelas que lidavam diretamente com o cuidar, o que lhes designava caminhos adequados e impunham uma cartilha de conduta que poderia estar baseada na figura da líder, a primeira-dama. O viés confessional e assistencialista do serviço social também poderia fomentar uma visão maternal sobre a LBA, na medida em que a caridade cristã seria o enfoque de um periódico que atendia aos interesses de uma elite religiosa que flertava com o governo feral e, inclusive, com os estaduais.

Como uma revista do Estado e que atendia a um público exclusivo, o boletim da LBA acabava servindo de ferramenta eleitoral e na constituição de mitos políticos, a exemplo de Ruy Carneiro que entra para a história da Paraíba como uma espécie de pai dos pobres, a exemplo de um Getúlio Vargas, mesmo não tendo sido eleito mas indicado como interventor federal.

A legislação eleitoral permitia a participação apenas de pessoas letradas, o que afunilava os votos e delegava às elites a escolha do próximo governante. Muitos desses sujeitos concordavam com o que era posto em seus textos e assim acabavam por legitimar o voto com esse material que, do outro lado, usava da sensibilidade e da propaganda para gerir uma imagem de progresso e desenvolvimento no qual a infância e a criança eram objetos estratégicos para lidar com a população atual que precisava de cuidados a fim de criar um homem novo, um cidadão trabalhador do Brasil.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. São Paulo: Editora Record, 2011.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. O efeito de real. In: **O rumor da língua**. Tradução: Mário Laranjeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 181-190.

BRITES, Olga. Crianças de revistas (1930-1950). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 161-176, jan/jun 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Lourenço. O branco não branco e o branco-branco. In: **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Esquerda e direita: fontes nacionais para a História social. **Métis: história & cultura**, v. 3, n. 5, 2004; BERTONHA, João Carlos. Op Cit, 2010.

FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. In: MACHADO, Roberto. **Microfísica do poder**. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012, 244-261.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 24, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez [Lima, Peru] CELATS, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: BASSANEZI, Carla. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.

MARTINS, Ana Luiza. A palavra Re[vista]. In: **Revistas em Revista – Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 45-96.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, nº 16, 1991.

SILVA, James Roberto. **Fotogenia do caos**: fotografia e instituições de saúde em São Paulo (1880-1920). Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, 1998.

TEIXEIRA, Kerolyn Daiane. **A puericultura nas páginas do jornal em Curitiba, entre a virada do século XX até 1930**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Paraná, 2010, p. 18-19.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo—do início da década de, 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2003.